

Moção

Defender o Serviço Nacional de Saúde e o Direito à Saúde

Há muito que a Assembleia Municipal de Setúbal vem acompanhando e manifestando a sua preocupação com a evolução do Serviço Nacional de Saúde e com o acesso das populações do concelho a cuidados de saúde, nos termos garantidos pela Constituição da República Portuguesa.

Apesar das múltiplas chamadas de atenção, os governos têm-se revelado incapazes de suprir insuficiências, privilegiando o desvio de verbas do sector público para o privado, insistindo em velhas receitas de desvalorização das carreiras dos profissionais da saúde e à escassez recursos humanos que contribui para exaustão dos profissionais de saúde, criando problemas de rutura nos serviços, de degradação das condições de prestação dos cuidados de saúde, de ausência de médicos de família atribuídos, de prolongas esperas para consultas, exames de diagnóstico ou intervenções cirúrgicas.

O Serviço Nacional de Saúde, uma das mais relevantes conquistas nascidas da Revolução de Abril, democratizou o acesso aos cuidados de saúde e constitui um importante pilar para a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa e solidária.

Em Setúbal, o Município tem sido um parceiro na promoção da saúde e na colaboração com a Administração Central, com vista à superação das inúmeras dificuldades, sobretudo em matéria de cuidados primários de saúde, sendo disso exemplo o papel desempenhado em relação aos Centros de Saúde.

No entanto, como temos observado perante o agravamento de dificuldades, face a um pedido de reunião dos três municípios (Setúbal, Palmela e Sesimbra) diretamente abrangidos pelo Centro Hospitalar de Setúbal, o Governo e o Ministro da Saúde entendem ignorar a urgência dessa reunião, desrespeitando estas autarquias, os seus eleitos e respetivas populações.

O encerramento das urgências pediátricas no Hospital de São Bernardo coloca sérios problemas, em particular na prestação de cuidados de saúde a crianças e jovens com doença aguda.

Há muito que está identificada a necessidade de reforçar o número de profissionais de saúde no Hospital de São Bernardo, em particular, de médicos, porém o subfinanciamento e a falta de investimento no Serviço Nacional de Saúde, bem como a desvalorização profissional, social e remuneratória dos profissionais de saúde, por opção do Governo, levou ao agravamento da situação.

A este propósito importa recordar que o Governo, em Janeiro deste ano, tentou fazer crer que a equipa médica passaria a contar com mais 67 médicos que, na verdade tratavam-se de internos afetos às especialidades e sem garantia de permanência. Como se verifica, essa medida limitou-se a procurar iludir os mais distraídos, sem resolver qualquer questão de fundo.

A Resolução da Assembleia da República n.º 345/2021 - Recomenda ao Governo que adote medidas de investimento e requalificação no Centro Hospitalar de Setúbal, publicada em Diário da República em dezembro de 2021, insta o Governo a criar “as condições que permitam a fixação de profissionais de saúde, essencial para garantir a continuidade dos serviços e valências, a prestação de cuidados com qualidade e a redução de tempos de espera nas consultas e cirurgias”.

Um ano depois, as dificuldades permanecem, como estão identificadas no serviço de urgência de obstetrícia/ginecologia, no serviço de urgência geral e no serviço de urgência de pediatria, e em muitos outros serviços, revelando que não foram tomadas as medidas necessárias pelo Governo.

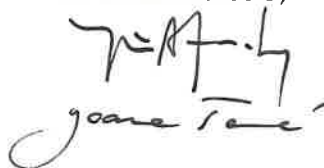
A Assembleia Municipal de Setúbal reunida a 16 de Dezembro de 2022, delibera:

- 1- Manifestar a sua solidariedade com os utentes e os profissionais de saúde afetados pelas políticas de desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde que levam a encerramentos e limitações nos serviços prestados ou na ausência de médico de família atribuído a milhares de Setubalenses;

- 2- Reafirmar a necessidade de serem encontradas soluções para reforçar os direitos dos trabalhadores da saúde, nas suas carreiras, nas suas remunerações e na garantia de condições de trabalho;
- 3- Reafirmar o entendimento de que a prioridade de qualquer governo deve ser investir no Serviço Nacional de Saúde, aplicando recursos públicos nos hospitais e nos cuidados primários do SNS, não os desviando para o sector privado;
- 4- Exigir que o Governo cumpra com a Resolução sobre o Centro Hospitalar de Setúbal, aprovada em Assembleia da República, criando “as condições que permitam a fixação de profissionais de saúde, essencial para garantir a continuidade dos serviços e valências, a prestação de cuidados com qualidade e a redução de tempos de espera nas consultas e cirurgias”;
- 5- Manifestar o seu desagrado pela forma como o Governo, através do Sr. Ministro da Saúde, desrespeitou o Município e as populações do concelho ao não proceder ao agendamento de reunião solicitada com carácter de urgência para debater com os autarcas a situação do SNS, procurando encontrar formas que permitam contribuir para a superação dos problemas.
- 6- Enviar esta Moção ao Primeiro-Ministro, Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ARS-LVT, Centro Hospitalar de Setúbal, ACES Arrábida, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, Sindicato dos Médicos da Zona Sul.

Assembleia Municipal de Setúbal, 16 de Dezembro de 2022

Os eleitos da CDU,


João Taveira